

Ofício "S" nº 78, de 2017

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Iniciativa:

Ementa:

Encaminha ao Senado Federal, a decisão do Supremo Tribunal Federal, referente ao Mandado de Injunção nº 6.791, do Ministro Celso de Mello, em face da inexistência de lei regulamentadora do § 4º do art. 40 da Constituição Federal (aposentadoria especial).

Assunto: -

Data de Leitura: 18/12/2017

Em tramitação

Decisão: -

Último local: 08/03/2023 - Comissão de
Constituição, Justiça e Cidadania

Destino: -

Último estado: 19/12/2017 - AGUARDANDO
DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Despacho:

18/12/2017 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

08/03/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria aguardando distribuição.

22/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

22/12/2022 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

19/12/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

TRAMITAÇÃO

Ação: Matéria aguardando distribuição.

18/12/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: MATÉRIA LIDA EM PLENÁRIO.

Ação: Encaminhado à publicação.
À CCJ.

Publicado no DSF Páginas 178-197

15/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processado contém 38 (trinta e oito) folhas numeradas.

Aguardando leitura.

15/12/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Apresentado em 15/12/2017 13:36

DOCUMENTOS

OFS 78/2017

Data: 15/12/2017

Autor: Supremo Tribunal Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Encaminha ao Senado Federal, a decisão do Supremo Tribunal Federal, referente ao Mandado de Injunção nº 6.791, do Ministro Celso de Mello, em face da inexistência de lei regulamentadora do § 4º do art. 40 da Constituição Federal (aposentadoria especial).

Avulso inicial da matéria

Data: 15/12/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Este processado contém 38 (trinta e oito) folhas numeradas.

Aguardando leitura.